



Simulado Especial

# TRF 4

**Analista Judiciário - Especialidade**  
**Oficial de Justiça Avaliador Federal**  
Pós-Edital

# Simulado

Simulado Especial TRF-4 (AJAJ - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRF-4**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/nzmvfNBXQSXL4ohTA>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/jvgG>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I****Gatilhos mentais**

Muito utilizados no marketing, os gatilhos mentais são procedimentos extraídos da psicologia com o principal objetivo de incentivar as pessoas a consumirem determinado produto ou serviço. Elas são técnicas baseadas em padrões de comportamento, usadas para estimular uma tomada de decisão. São aplicadas em todo tipo de campanha, desde artigos até páginas de vendas e roteiros para vídeos.

Os gatilhos mentais para vendas têm uma fonte específica: o livro *Armas da Persuasão*, do psicólogo americano Robert Cialdini.

*Reciprocidade.* Um dos gatilhos mencionados por Cialdini é o princípio da reciprocidade: quando alguém recebe algo de forma espontânea, cria-se um impulso de retribuição. Isso significa que, se você oferecer algo ao seu cliente, sem pedir nada em troca, a tendência é que ele corresponda em forma de agradecimento. Podemos citar os serviços de streaming como um dos exemplos de gatilhos mentais, já que você recebe um período de experimentação gratuito, sem o compromisso de uma assinatura.

*Coerência e compromisso.* Este gatilho ocorre quando o cliente se compromete a usar ou experimentar o seu serviço. Porém, lembre-se que essa estratégia não funciona se você tentar forçar o cliente a adquirir o produto. Em vez disso, trabalhe a automotivação para que ele se sinta comprometido com as promessas que fez. Vale lembrar que a estratégia ideal é que a mensagem seja positiva e sutil, com um tom de incentivo e apoio, evitando a insistência. Dessa forma, ressalte o profundo conhecimento que a empresa possui sobre o cliente.

*Afeição.* Entre as estratégias de vendas, está o princípio da afeição, que diz respeito à identificação e à empatia. Ou seja, os clientes ficam mais propensos a comprarem produtos de marcas que eles se identificam. Geralmente, isso se dá por meio de valores e posicionamento no mercado. Como exemplo, podemos citar uma marca que tem a sustentabilidade como base das suas ações. Esse valor irá aproximá-la das pessoas

com os mesmos ideais, criando clientes fiéis, que “vestem a camisa da empresa”.

*Aprovação social.* Mesmo de forma inconsciente, não é estranho que as pessoas busquem aprovação profissional, pessoal ou familiar. Uma boa ferramenta para usar este gatilho mental são as redes sociais e o site da empresa, já que, por meio deles, é possível compartilhar e incentivar tanto impressões quanto comentários de consumidores satisfeitos como prova social. Depoimentos de clientes são uma potente ferramenta de aprovação social. Pesquisas mostram que clientes ficam 63% mais propensos a realizar compras em sites que possuam avaliações reais em seus produtos. O levantamento também mostrou que 11% delas gastam mais em lojas que possuem boas avaliações e depoimentos de clientes.

*Escassez.* Muito utilizado em promoções, o sentimento de perder uma oportunidade única faz com que o cliente sinta a necessidade de comprar. Mas vale lembrar que o gatilho também pode ser usado de maneira mais criativa em páginas de vendas, anunciando a quantidade de produtos disponíveis, por exemplo. Mesmo promovendo a urgência, lembre-se de ser honesto com o seu cliente. Se você disser que a promoção é por tempo limitado, respeite o prazo informado. Se disser que o produto é personalizado ou exclusivo, é isso que ele deve ser.

*Autoridade.* Um dos gatilhos mentais para vendas mais utilizados é o da autoridade. Geralmente, ele ocorre quando especialistas dão depoimentos sobre o uso de determinado produto ou serviço. Transmitindo segurança e, conseqüentemente, maior confiança sobre a marca, esse princípio também destaca a empresa no mercado. Por isso, quanto mais dados e coerência acompanharem esse gatilho, mais forte ele será.

*Unidade.* Por fim, para entender o que são gatilhos mentais, é necessário conhecer o princípio da unidade, ou seja, unificar o público ao criar grupos que compartilham do mesmo valor. Por exemplo, se você tem uma marca de roupa e lança uma linha para gestantes, pode usar esse nicho para mandar uma mensagem exclusiva.

As possibilidades são infinitas: dá para criar etiquetas, departamentos, coleções, campanhas publicitárias, entre outros. A principal ideia é atrair um grupo de clientes em potencial e transformá-los em *brand personas*, ou seja, consumidores que abraçam a causa da empresa.

Adaptado [www.hostgator.com.br/blog/7-gatilhos-mentais-que-vaio-ajudar-seu-negocio-a-vender-mais](http://www.hostgator.com.br/blog/7-gatilhos-mentais-que-vaio-ajudar-seu-negocio-a-vender-mais)

**01.** De acordo com as ideias e informações do texto, assinale a alternativa correta.

- a) Os gatilhos mentais visam convencer racionalmente os consumidores por meio de argumentos lógicos e dados técnicos.
- b) O texto defende que o uso de gatilhos mentais nas vendas se baseia na manipulação emocional, sendo eticamente questionável.
- c) O uso dos gatilhos mentais está ligado ao estímulo de decisões, recorrendo a padrões psicológicos e emocionais, mas sem necessariamente haver manipulação.
- d) Os gatilhos mentais foram desenvolvidos exclusivamente para ações de marketing digital, como redes sociais e e-commerce.
- e) A aplicação dos gatilhos mentais depende exclusivamente de depoimentos de especialistas, conforme o princípio da autoridade.

**02.** Sobre o gatilho da aprovação social, conforme apresentado no texto, é correto afirmar que:

- a) Seu uso é ineficaz quando os depoimentos são compartilhados por redes sociais, pois não geram confiança suficiente no consumidor.
- b) A prova social só funciona quando é espontânea, não sendo legítima quando incentivada por empresas.
- c) A busca por aprovação social ocorre apenas de forma consciente e racional, segundo o texto.
- d) A aprovação social influencia a decisão de compra, sendo comprovada por pesquisas que mostram aumento de consumo em sites com avaliações reais.
- e) O texto critica o uso da aprovação social como gatilho, por considerá-la manipuladora e invasiva.

**03.** *Mesmo promovendo a urgência, lembre-se de ser honesto com o seu cliente. Se você disser que a promoção é por tempo limitado, respeite o prazo informado. Se disser que o produto é personalizado ou exclusivo, é isso que ele deve ser.*

Do segmento destacado é adequado inferir-se que:

- a) O público-alvo do texto é um leitor universal, que busca informação de como agir se vier a vender algo.
- b) Há um senso de desonestidade caso os prazos divulgados não forem respeitados pelo cliente.
- c) A promessa de produtos personalizados ou exclusivos é um exemplo do gatilho de urgência.
- d) Produtos exclusivos e personalizados devem ser anunciados por tempo limitado.
- e) As informações são técnicas e direcionadas a uma audiência específica, que se presume já integrada em transações de venda.

**04.** O vocábulo “escassez” não se aproxima semanticamente da noção de

- a) exiguidade.
- b) carência.
- c) falta.
- d) exclusividade.
- e) rareza.

**05.** Sobre o papel do princípio da unidade no uso dos gatilhos mentais, é correto concluir que:

- a) O princípio da unidade busca criar exclusividade, limitando o acesso aos produtos apenas a consumidores selecionados.
- b) Esse gatilho visa estabelecer conexões entre consumidores que compartilham valores e interesses, fortalecendo a identidade do grupo.
- c) A unidade funciona apenas em nichos fechados, sem possibilidade de expansão do público geral da marca.
- d) O princípio da unidade se baseia na autoridade de especialistas para consolidar a imagem de uma marca no mercado.
- e) O gatilho da unidade é um conceito abstrato, sem aplicações práticas no marketing e nas vendas.

## TEXTO II

### Sonhar o Brasil

A lógica sozinha não move: a criação do novo exige sonho. O teor da tensão entre a lógica e o sonho é o essencial. Um Brasil digno de nossos sonhos não pode ser o devaneio de uma imaginação caprichosa. A construção simbólica da nação desejada e desejável sempre será tarefa coletiva: fruto da depuração paciente do tempo; da construção do misterioso elo entre as sucessivas gerações, idas e vindouras; e de uma infinidade de ensaios, reveses, negociações e vitórias. Um Brasil digno de sonho deve ser concebido a partir do que efetiva e coletivamente somos; dos acidentes e condicionantes bem como dos vícios e virtudes que se entrelaçam em nosso destino comum. Deve estar lastreado na lúcida inteligência das coisas idas, não para se fixar nelas, mas para que tenhamos como manter com elas uma relação consciente e profícua. É garimpando o cascalho das nossas apostas, conquistas e fracassos que chegaremos à lapidação dos nossos saberes e potencialidades. O segredo da utopia reside na arte de desentranhar a luz das trevas. Há um futuro luminoso — épico remisso na visão de um poeta — querendo despertar das sombras do presente.

(Fonte: GIANNETTI, Eduardo. Trópicos utópicos. Uma perspectiva brasileira da crise civilizatória. Companhia das Letras. 2016)

**06.** O autor, ao discorrer sobre a construção de um Brasil digno de nossos sonhos, destaca como aspecto fundamental:

- a) a prevalência da imaginação coletiva sobre a lógica sozinha.
- b) a necessidade do aprendizado com os erros e os acertos do passado.
- c) a importância de se inspirar em sociedades com vasta bagagem cultural.
- d) a superação dos fracassos e vícios acometidos pelas gerações passadas.
- e) a edificação da pátria do porvir à margem da escuridão do presente.

**07.** Considerando-se o contexto, deve-se entender que a expressão

- a) *devaneio de uma imaginação caprichosa* aponta para a loucura irrealizável da lógica sozinha.
- b) *depuração paciente do tempo* indica um processo moroso de construção do Brasil.
- c) *desentranhar a luz das trevas* refere-se à apatia diante das adversidades do percurso.
- d) *garimpando o cascalho* representa a coleta e a seleção cuidadosa das experiências vividas.
- e) *lapidação dos nossos saberes e potencialidades* envolve a destruição do passado para construir o futuro.

**08.** A *lógica sozinha não move: a criação do novo exige sonho*.

Ao se transpor o trecho acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- a) foi exigido.
- b) é exigido.
- c) era exigido.
- d) exige-se.
- e) será exigido.

09. Não está empregada em sentido figurado a expressão sublinhada em:

- a) É qarimpando o cascalho das nossas apostas
- b) na arte de desentranhar a luz das trevas
- c) chegaremos à lapidação dos nossos saberes
- d) despertar das sombras do presente
- e) Deve estar lastreado na lúcida inteligência

10. Atente para estas duas afirmações:

- I. A lógica e o sonho podem ser equilibrados.
- II. O Brasil do futuro se fundamenta na lógica e no sonho.

Essas afirmações integram-se com clareza, correção e coerência neste período único:

- a) O equilíbrio do Brasil do futuro se alicerça na lógica e no sonho.
- b) A lógica e o sonho, os quais podem ser equilibrados, são os fundamentos do Brasil do futuro.
- c) Embora sejam equilibrados, o futuro do Brasil depende da lógica e do sonho.
- d) Equilibrar a lógica e o sonho é essencial para fundamentar o Brasil do futuro.
- e) A lógica e o sonho, quando equilibrados, pavimentam o futuro do Brasil.

## **NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

*Géssica Ehle*

11. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146/15, o conceito de “quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico”, refere-se a

- a) adaptações razoáveis
- b) mobiliário urbano
- c) tecnologia assistiva
- d) desenho universal
- e) elemento de urbanização

12. Quanto ao transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, Lei nº 8.899/1994 e Decreto nº 3.691/2000, é correto afirmar

- a) que todas as pessoas com deficiência terão direito a um assento gratuito no transporte interestadual
- b) para que tenha direito ao transporte gratuito, a pessoa com deficiência precisará levar comprovante de renda familiar per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  do salário mínimo nacional vigente
- c) quando a pessoa com deficiência comprovar ser carente poderá exigir, das empresas permissionárias e autorizadas de transporte interestadual de passageiros, dois assentos de cada veículo destinado a serviço convencional
- d) empresas permissionárias e autorizadas de transporte interestadual de passageiros devem reservar dois assentos de cada veículo destinado a serviço especial para as pessoas com deficiência comprovadamente carentes
- e) a reserva de assentos para pessoas com deficiência em veículos de empresas permissionárias e autorizadas de transporte interestadual de passageiros será de um assento em cada veículo

**13.** A Resolução CNJ nº 401/2021 trata sobre a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares. A partir de seu texto, julgue os itens a seguir.

I. É assegurada a designação permanente de juiz(a) auxiliar ao(à) magistrado(a) integrante do cadastro, desde que, seja pessoa com deficiência visual, auditiva ou motora, reconhecida por perícia previamente averbada em seus assentos funcionais e esteja lotado e efetivamente resida em Comarca que possua volume de casos novos superior à média das demais unidades judiciárias dentro da mesma competência, no respectivo Tribunal.

II. A Resolução cria a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, de caráter permanente e multidisciplinar, que será composta por integrantes que sejam, exclusivamente, pessoas com deficiência.

III. Trata-se do conceito de rota acessível o trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecte os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou mobilidade reduzida, podendo incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, entre outros.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Nenhuma das assertivas.

**14.** De acordo com a Lei nº 10.098/2000 e o Decreto nº 5.296/2004, assinale a alternativa que representa corretamente uma diretriz obrigatória para a promoção da acessibilidade em edificações de uso coletivo.

a) Torna-se obrigatória a instalação de pelo menos um elevador acessível quando as edificações contiverem mais de dois pavimentos, independentemente de seu uso.

b) O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.

c) Os veículos de transporte coletivo urbano devem ser acessíveis apenas nas cidades com mais de 500 mil habitantes.

d) Cinquenta por cento dos assentos reservados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida devem ter características dimensionais e estruturais para o uso por pessoa obesa, conforme norma técnica de acessibilidade da ABNT, com a garantia de, no mínimo, um assento.

e) Os serviços de transporte coletivo rodoviário urbano devem priorizar o embarque e desembarque dos usuários em nível em todos os acessos do veículo.

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E INOVAÇÃO***Emannuelle Gouveia*

15. Segundo a Resolução CNJ nº 332/2020, o conceito de “conjunto de dados e algoritmos computacionais, concebidos a partir de modelos matemáticos, cujo objetivo é oferecer resultados inteligentes, associados ou comparáveis a determinados aspectos do pensamento, do saber ou da atividade humana” se refere a:

- a) Algoritmo
- b) Sinapses
- c) Modelo de Inteligência Artificial
- d) Usuário
- e) Modelo Cognitivo

16. Sobre a IA Generativa, marque a alternativa incorreta:

- a) A IA generativa se baseia em modelos sofisticados de aprendizado de máquina chamados de modelos de *deep learning*;
- b) A IA generativa utiliza algoritmos que simulam os processos de aprendizado e tomada de decisões do cérebro humano.
- c) Os modelos da IA generativa funcionam identificando e codificando os padrões e relacionamentos em grandes quantidades de dados e, em seguida, usando essas informações para entender as solicitações ou perguntas de linguagem natural dos usuários e responder com novo conteúdo relevante.
- d) A IA generativa oferece enormes benefícios de produtividade para pessoas físicas e jurídicas;
- e) A IA generativa apresenta desafios e riscos muito reais e, por isso, empresas e organizações tem limitado o seu uso, restringindo, por enquanto, a atividades recreativas.

17. Segundo a Resolução CNJ nº 395/2021, compete ao LIODS/CNJ:

- a) construir soluções, mediante métodos inovadores, ágeis e práticas colaborativas, que envolvem pesquisa, exploração, ideação, realização de pilotos, prototipagem e testes estruturados, para problemas ou necessidades relacionadas às atividades dos Poderes da República;
- b) abrir espaço para a participação cidadã na concepção de projetos inovadores no Poder Judiciário ou que contribuam para a efetividade da Agenda 2030;
- c) mapear os programas e os projetos desenvolvidos pela Rede de Inovação do Poder Judiciário, inclusive ligados à pauta global da Agenda 2010;
- d) regular a inovação mediante o uso de informações de georreferenciamento, inteligência geográfica e geoespacial
- e) estabelecer parcerias com outros Laboratórios de Inovação para o desenvolvimento de atividades terceirizadas;

**SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE***André Rocha*

**18.** O desenvolvimento sustentável é aquele que busca satisfazer a necessidade da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Sobre o princípio do desenvolvimento sustentável na Constituição Federal de 1988 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, julgue os itens a seguir.

I – Defender e preservar o meio ambiente é uma imposição constitucional tanto ao poder público quanto à coletividade.

II – Um dos ODS busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

III – São previstas sanções internacionais em caso de não atingimento dos ODS até 2030.

Estão corretos os itens:

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I, II e III.
- d) I e III, somente.
- e) II e III, somente.

**19.** Sobre contratações sustentáveis no âmbito da Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é correto afirmar que o desenvolvimento nacional sustentável é um

- a) objetivo da lei.
- b) princípio da lei.
- c) diretriz de ação da lei.
- d) instrumento da lei.
- e) fundamento da lei.

**20.** A Lei nº 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos. Sobre tal norma, assinale a alternativa incorreta.

- a) As ações de mitigação consistem em iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima.
- b) Todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.
- c) A PNMC visa ao fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional.
- d) Os instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima incluem o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.
- e) As ações de âmbito nacional para o enfrentamento das alterações climáticas, atuais, presentes e futuras, devem considerar e integrar as ações promovidas no âmbito estadual e municipal por entidades públicas e privadas.

**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

**21.** Assinale a alternativa correta acerca da interpretação das normas jurídicas no ordenamento brasileiro:

- a) A interpretação autêntica ocorre quando o Poder Judiciário aplica uma norma já existente a um caso concreto, atribuindo-lhe novo sentido.
- b) A interpretação histórica visa adequar a norma aos valores e à realidade contemporâneos, desconsiderando o contexto de sua criação.
- c) A interpretação sistemática busca compreender o texto normativo isoladamente, sem considerar outras normas do ordenamento.
- d) A interpretação analógica consiste em aplicar regra semelhante à situação concreta, sendo considerada forma de integração normativa.
- e) A interpretação teleológica tem como foco os fins da norma, buscando alcançar sua finalidade ao aplicá-la ao caso concreto.

**22.** Analise as afirmativas a seguir

- I. A capacidade de direito é adquirida com a personalidade, e é comum a todas as pessoas, inclusive aos absolutamente incapazes.
- II. A incapacidade relativa exige assistência, enquanto a absoluta exige representação.
- III. A pessoa com deficiência é considerada absolutamente incapaz, salvo se demonstrar plena aptidão para os atos da vida civil.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

**23.** Analise as afirmativas a seguir sobre a desconsideração da personalidade jurídica

- I. A desconsideração da personalidade jurídica pode ser admitida nos casos de confusão patrimonial ou desvio de finalidade, conforme previsão expressa do Código Civil.
- II. A simples existência de grupo econômico é suficiente para justificar a desconsideração da personalidade jurídica de uma das empresas envolvidas.
- III. A desconsideração é medida excepcional, voltada a impedir o uso abusivo da pessoa jurídica para fraudes ou violação da lei.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmativas está correta.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

**24.** Paulo ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais em desfavor de Empreendimentos Imobiliários LTDA, pessoa jurídica de direito privado, e da União Federal, arguindo a responsabilidade solidária do ente público. A demanda foi proposta na justiça estadual e, após receber a inicial, percebendo o equívoco, o juízo estadual declinou para a justiça federal, em virtude da interveniência da União. Em decisão saneadora, o juízo federal excluiu o ente público do processo por ilegitimidade. Nesse caso, o juízo federal

- a) Continua competente para apreciar a demanda.
- b) Deve suscitar conflito de competência.
- c) Não poderia ter reconhecido a ilegitimidade, mas sim julgado improcedente o feito.
- d) Restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito
- e) Deve remeter os autos ao Superior Tribunal de Justiça para dirimir a controvérsia.

**25.** Maurício, residente na cidade X, ajuizou ação de produção antecipada de prova em desfavor da União. Considerando que na localidade não exista vara federal, será competente:

- a) O juízo estadual.
- b) O juízo federal do foro de domicílio do autor.
- c) O juízo federal da capital do Estado onde residente o réu.
- d) O juízo federal da capital do Estado onde residente o autor.
- e) O juízo federal mais próximo do domicílio do réu.

**26.** Em ação de execução de obrigação de fazer, caso a obrigação possa ser satisfeita por terceiro,

- a) É lícito ao juiz autorizar, de ofício ou a requerimento do exequente, que o terceiro a satisfaça à custa do executado.
- b) É lícito ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que o terceiro a satisfaça à custa do executado.
- c) É lícito ao juiz autorizar, de ofício ou a requerimento do exequente, que o terceiro a satisfaça à custa do exequente.
- d) É lícito ao juiz autorizar, a requerimento do exequente, que o terceiro a satisfaça à custa do exequente.
- e) É ilícito ao juiz autorizar o cumprimento pelo terceiro, ainda que a requerimento do exequente.

**27.** Considere as seguintes assertivas acerca do Saneamento e da organização do Processo Código de Processo Civil:

- I – Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- II – Designada audiência de instrução e julgamento, as pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.
- III – Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo sucessivo não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- IV – Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e II.

**28.** De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso interposto por um dos litisconsortes

- a) A todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.
- b) A todos aproveita, ainda que distintos ou opostos os seus interesses.
- c) Somente aproveita ao recorrente.
- d) Somente aproveitará aos litisconsortes que manifestarem expressamente aderência ao recurso interposto.
- e) Somente aproveitará aos litisconsortes que manifestarem expressa ou tacitamente aderência ao recurso interposto.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*João Trindade*

**29.** A respeito da Tributação e do Orçamento, julgue os itens a seguir:

- I – A imunidade tributária, como hipótese constitucional de não incidência de tributos, garante que não sejam cobrados impostos da empresa estatal federal de serviços postais, em relação às suas atividades-fim.
- II – O serviço público de iluminação pública pode ser remunerado mediante taxa.
- III – Compete aos Estados e Municípios instituir a Contribuição sobre Bens e Serviços, criada pela Reforma Tributária (EC nº 132/23).

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) II

**30.** A respeito da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei

**31.** Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:

- a) o crime político
- b) o *habeas corpus* em que Governador de Estado seja paciente
- c) a extradição solicitada por estado estrangeiro
- d) o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade
- e) o conflito de atribuições entre membro de Ministério Público Estadual e membro do Ministério Público da União

**32.** Wanderleydson é juiz auditor militar; Sinforosa é juíza do trabalho; Maryvânia é juíza federal; Abenebaldo é juiz de direito estadual. À luz do que dispõe a CF sobre o Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- a) Wanderleydson pode compor o CNJ, se indicado pelo STF
- b) Abenebaldo pode compor o CNJ, se indicado pelo STF
- c) Sinforosa não pode integrar o CNJ
- d) Maryvânia pode integrar e presidir o CNJ
- e) Sinforosa pode integrar o CNJ, se indicada pelo STJ

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Rodrigo Bet*

**33.** Assinale a alternativa que representa corretamente uma manifestação do poder de tutela na Administração Pública:

- a) A imposição de sanções administrativas a pessoas físicas ou jurídicas que descumpram normas de polícia administrativa.
- b) A possibilidade de desfazimento de atos administrativos ilegais pela própria Administração, independentemente de decisão judicial.
- c) O controle hierárquico exercido pela Administração Direta sobre os contratos celebrados pelas entidades da Administração Indireta.
- d) A revisão judicial de atos administrativos discricionários, nos casos em que houver abuso de poder ou desvio de finalidade.
- e) O controle finalístico realizado pela Administração Direta sobre fundações públicas que criou.

**34.** Os elementos do ato administrativo são: competência, finalidade, forma, motivo e objeto. Cada um desses elementos deve estar presente de forma válida para que o ato seja considerado regular. Com base nesse tema, assinale a alternativa que corresponde corretamente ao elemento “finalidade” do ato administrativo.

- a) A previsão legal que estabelece quem pode praticar determinado ato administrativo.
- b) O objetivo legal a ser alcançado com a prática do ato, voltado ao interesse público.
- c) A situação de fato ou de direito que justifica a prática do ato administrativo.
- d) A forma escrita ou verbal por meio da qual se exterioriza a manifestação da vontade da Administração.
- e) O conteúdo do ato, representado pela alteração que ele provoca na esfera jurídica.

35. No exercício da função administrativa, a Administração Pública pode praticar atos tanto vinculados quanto discricionários. Nesse contexto, assinale a alternativa que melhor expressa o conteúdo do poder discricionário.

- a) A liberdade que o agente público possui para criar normas gerais que vinculam os administrados.
- b) A faculdade legal da Administração escolher, dentro dos limites legais, a solução mais conveniente e oportuna para o interesse público.
- c) A prerrogativa do administrador público de praticar atos administrativos sem qualquer controle por parte do Poder Judiciário.
- d) A atribuição de revogar normas legais quando incompatíveis com situações concretas excepcionais.
- e) A possibilidade de agir independentemente dos princípios da razoabilidade e da legalidade, desde que haja interesse público envolvido.

36. Sobre a estrutura da Administração Pública e os elementos que a compõem, assinale a alternativa correta.

- a) A Administração Indireta é composta por órgãos autônomos vinculados aos entes federativos e que possuem personalidade jurídica própria.
- b) Os órgãos públicos integram exclusivamente a estrutura da Administração Direta.
- c) A Administração Direta é integrada por pessoas jurídicas criadas por lei específica, com autonomia patrimonial e capacidade processual.
- d) Órgãos públicos são unidades administrativas despersonalizadas e organizadas hierarquicamente que integram entidades da Administração Direta e Indireta.
- e) As sociedades de economia mista e empresas públicas, por serem pessoas jurídicas de direito privado, não integram a Administração Indireta.

## DIREITO PENAL

*Renan Araujo*

37. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) O excesso nas excludentes de ilicitude é punível apenas quando deriva de dolo.
- b) Aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez culposa não deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato, em razão da teoria da *actio libera in causa*.
- c) considera-se em estrito cumprimento do dever legal o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- d) É possível arguir legítima defesa em face de agressão praticada por quem age sem culpabilidade.
- e) é isento de pena aquele que pratica o fato em situação de embriaguez accidental, ainda que não se trate de embriaguez completa.

38. Gabriel, sócio-administrador da empresa “CASA NOVA CONSTRUÇÕES LTDA”, pagou os salários de seus empregados no mês de fevereiro de 2025, realizando o cabível desconto relativo à cota previdenciária devida pelos empregados. Porém, Gabriel, agindo dolosamente, deixou de repassar os valores descontados dos empregados à previdência social.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Gabriel configura:

- a) Apropriação indébita previdenciária
- b) Sonegação de contribuição previdenciária
- c) Estelionato previdenciário
- d) Mera infração tributária, mas não configura crime
- e) Descaminho

**39.** Guilherme realizou compras em um supermercado na cidade de Londrina-PR. Ao receber o troco, foi-lhe entregue uma nota de R\$ 50,00 falsificada, fato este não percebido de imediato por Guilherme. Ao chegar em casa, Guilherme conferiu as compras e o troco recebido, momento no qual percebeu que havia recebido a cédula falsa. Assim, para não ficar no prejuízo, Guilherme compareceu a uma farmácia e comprou um pacote de fraldas, pagando-o com cédula falsa.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Guilherme configura:

- a) Crime de moeda falsa, em sua modalidade privilegiada.
- b) Crime de moeda falsa, em sua modalidade simples.
- c) Crime de moeda falsa, em sua modalidade equiparada.
- d) Estelionato
- e) Fato atípico

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Priscila Silveira*

**40.** De acordo com a aplicação da lei processual, escolha a alternativa correta:

- a) Diferentemente da legislação penal, que considera o momento em que o delito é praticado (*tempus delicti*), a aplicação imediata da lei processual se baseia quando o ato processual é realizado (*tempus regit actum*).
- b) O Código de Processo Penal adota o princípio da unidade processual, permitindo que diferentes leis processuais coexistam ao longo do tempo para cada fase do processo.
- c) Não se aplica a retroatividade nas normas processuais heterotópicas ou mistas, haja vista possuírem conteúdo processual penal.
- d) No âmbito do processo penal, embora a interpretação extensiva não seja permitida, é

aceitável o uso da aplicação analógica e a complementação por princípios gerais do direito.

- e) A analogia, como método de interpretação da lei processual penal, não pode ser aplicada tanto para beneficiar quanto para prejudicar o réu.

**41.** Sobre o inquérito policial, escolha a alternativa correta:

- a) Em qualquer circunstância, após a conclusão, o Ministério Público pode solicitar a devolução dos autos do inquérito policial à autoridade policial para que sejam realizadas novas diligências.
- b) A autoridade policial tem a prerrogativa de arquivar um inquérito instaurado para investigar a prática de um crime quando se não existirem indícios de autoria.
- c) Para garantir a preservação do princípio da não culpabilidade, não devem constar informações sobre a vida pregressa do indiciado, do ponto de vista individual, familiar ou social.
- d) É um direito do defensor, em prol do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que já estejam documentados em procedimentos investigatórios conduzidos por órgãos de polícia judiciária e que sejam relevantes para o exercício do direito de defesa.
- e) Em casos de investigação sobre tráfico de drogas, o inquérito deverá ser concluído em até 45 (quarenta e cinco) dias se o indiciado estiver preso, e em até 90 dias se estiver em liberdade.

42. Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for intentada de forma suficiente e adequada, o Ministério Público, conforme as normas processuais penais,

- a) perde interesse processual e deixará de intervir no processo.
- b) pode intervir em todos os termos do processo, entretanto, perderá a capacidade recursal.
- c) perde a possibilidade de representar pelo arquivamento do inquérito e não pode repudiar a queixa.
- d) deve aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.
- e) deixa de ser parte e passa a atuar como custos legis.

43. No que diz respeito ao Juiz, ao Ministério Público, ao acusado e seu defensor, aos assistentes e auxiliares da justiça, aos peritos e intérpretes, de acordo com a legislação vigente, analise os itens a seguir e indique a assertiva correta:

- a) Caso o acusado não tenha um defensor, o Juiz deverá nomear um para ele, salvo se o acusado optar por designar outro de sua confiança a qualquer momento, sendo proibido ao acusado defender a si mesmo, mesmo que possua habilitação.
- b) A nomeação de um defensor requer a formalização de um instrumento de mandato, mesmo que o acusado indique seu defensor durante o interrogatório.
- c) O corréu, no mesmo processo, pode atuar como assistente do Ministério Público.
- d) As normas sobre suspeição dos Juízes não se aplicam aos serventuários e funcionários da justiça.
- e) O que se aplica aos Juízes em termos de suspeição é extensível aos peritos, conforme o que lhes for

pertinente, e os intérpretes são considerados, para todos os fins, equiparados aos peritos.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Fernando Maurício*

44. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

**45.** Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete, preferencialmente, à autoridade administrativa constituir, pelo lançamento, o crédito tributário, verificando, entre outros aspectos, a ocorrência do fato gerador.
- II-) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

**46.** Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da economicidade.
- e) e da defesa do meio ambiente.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Adriana Menezes*

**47.** A seguridade Social é conceituada como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social.

De acordo com a Constituição Federal é correto afirmar que

- a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- b) A contribuição sobre bens e serviços destinada ao financiamento da seguridade social deverá ser instituída por lei complementar, não podendo, portanto, ter sua alíquota fixada em lei ordinária.
- c) Nenhum benefício previdenciário terá valor mensal inferior ao salário-mínimo.
- d) Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei complementar.
- e) É facultado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida.

**48.** De acordo com a Lei n. 8.213/91 e o Decreto n. 3.048/99, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na condição de contribuinte individual, EXCETO:

- a) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa
- b) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social;
- c) o brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.
- d) o síndico de condomínio que é isento da taxa de condomínio pelo exercício da função.
- e) aquele que trabalha como taxista ou motorista de transporte remunerado privado individual de passageiros (motorista de aplicativo), sem vínculo empregatício.

**49.** Em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais concedidos pelo sistema de seguridade social, considerando a legislação pertinente e o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) A pensão por morte do segurado do regime geral de previdência social poderá ser paga ao filho, de qualquer condição, não emancipado, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave e ao menor sob guarda judicial, sem exigir comprovação de dependência econômica.
- b) O segurado poderá se valer de sentença trabalhista meramente homologatória de acordo como início de prova material válida para comprovar tempo de serviço que queira ver reconhecido em ação previdenciária, ainda que nos autos trabalhistas não haja elementos probatórios contemporâneos aos fatos.
- c) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, não há ofensa a qualquer princípio constitucional a exigência de carência mínima de 10 contribuições mensais para a concessão do salário-maternidade de seguradas contribuinte individual e facultativa.
- d) O benefício de auxílio por incapacidade temporária poderá ser concedido ao aposentado que retornar ao exercício de atividade remunerada abrangida pelo RGPS e ficar incapacitado por mais de 15 dias consecutivos em razão de acidente ou doença.
- e) O benefício de prestação continuada garantido pela assistência social à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência, e não têm condições de prover o sustento ou de tê-lo por sua família, poderá ser concedido aos brasileiros natos e naturalizados e aos estrangeiros com residência regular no país.

- 50.** No que diz respeito aos regimes próprios de previdência social e ao regime complementar dos servidores públicos, é correto afirmar que
- a) Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 103/2019, todos os entes federativos foram obrigados a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores que ocupam cargo público efetivo.
  - b) A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.
  - c) Os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos têm caráter contributivo e solidário e contam com a contribuição dos servidores ativos e dos aposentados, mas não dos pensionistas.
  - d) Os planos de benefícios da Funpresp-Jud serão estruturados nas modalidades de contribuição definida ou de benefício definido, nos termos da regulamentação estabelecida pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar.
  - e) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a Administração se submete ao prazo decadencial de 03 anos para exercer o direito de anular o ato concessivo de aposentadoria, contado a partir da data da chegada do processo de aposentadoria ao Tribunal de Contas responsável pelo seu registro.
-

## Discursiva

### Questão Discursiva

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---